

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação/MDB



Tarcísio e Baleia: federação une planos dos dois

Com MDB, Tarcísio fortalece seu jogo para 2026

Aos poucos, as diversas federações e algumas fusões entre partidos vão construindo na prática a necessária reforma partidária, que há muito se ensaia e nunca foi feita. Depois da federação entre União Brasil e o PP, a Federação Progressista, agora avança e começa a amadurecer uma federação entre o MDB e o Republicanos. O Republicanos também conver-

sa com o partido que vai resultar da fusão entre PSDB e Podemos. Todas essas conversas serão importantes para o jogo eleitoral de 2026. Unidos em federação, os partidos passam a agir como se fossem um só. Precisam seguir as mesmas orientações: se uma federação apoiar determinado candidato à Presidência, essa união terá que se refletir nos arranjos nos estados.

Planos

Tudo isso vai produzindo um enxugamento. E pode produzir novas inclinações eleitorais. No caso da união de MDB e Republicanos, pode colocar os emedebistas nos planos do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Fortalece a aposta.

Candidato

Tarcísio ainda calcula qual o melhor passo para ele: tentar novamente o governo de São Paulo ou arriscar uma candidatura à Presidência. Tudo dependerá da evolução do jogo daqui até 2026. Tarcísio só tentará a Presidência se sentir que tem realmente chance de vitória.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Federação fortalece possibilidade de Nunes

Centro-direita tende a ficar fragmentada primeiro

Na avaliação de um político do Centrão que acompanha os movimentos, todas essas uniões poderão ter como efeito a fragmentação da centro-direita no primeiro turno da eleição. A não ser, talvez, se o ex-presidente Jair Bolsonaro refazer a sua condição de inelegibilidade, o que vai ficando cada dia mais improvável. Pelo

contrário, a tendência é Bolsonaro ser condenado na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado. Todos esses grupos tendem a não se aglutinar numa única aposta no primeiro turno. Por um lado, pode ser uma boa notícia para Lula. A fragmentação deve produzir um segundo turno, de alguém com ele.

MDB

Por outro lado, Lula perde de cada vez mais a condição de ter esses partidos do centro ao seu lado. Mesmo alguns nomes muito ligados ao governo Lula apoiam a federação com o Republicanos. Um caso, por exemplo, é o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Acertos

Em lugares onde os acertos do MDB tendem mais à direita, a federação com o Republicanos vai ajudar também. No DF, por exemplo, os partidos já estiveram unidos para eleger em 2022 o governador Ibaneis Rocha (MDB). Ficará mais fácil unirem-se de novo em 2026.

Para onde?

Unido a um partido que tem hoje um nome forte como alternativa a Lula, esses emedebistas aliados conseguirão demover essa candidatura? O pai de Renan Filho, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), revelou que o partido chegou a ter conversas com União/PP.

São Paulo

Em São Paulo, se Tarcísio disputar a eleição, contará com o MDB. Se for para a Presidência, Republicanos e MDB estarão juntos em torno de uma provável candidatura do prefeito Ricardo Nunes, do MDB. A federação, enfim, tem tudo para ser novo desafio para Lula.

Motta entra com recurso no STF sobre Ramagem

Moraes libera acesso a provas contra réus do núcleo 1

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Motta recorreu ao plenário do STF contra decisão da Primeira Turma

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (13), a Primeira Turma Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a decisão na qual, por unanimidade, suspendeu parcialmente a ação penal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). A medida foi aceita pelos ministros que compõem o colegiado após aprovação de projeto de resolução pela Câmara, que acionou o artigo 53 da Constituição, que prevê que partidos políticos podem solicitar a suspensão de uma ação penal contra parlamentares enquanto durarem os seus mandatos – no caso de Ramagem, duraria até 2026. A Primeira Turma da Corte já havia decidido caso na última semana, mas a decisão só foi oficializada nesta terça.

Pela decisão da Primeira Turma, a suspensão da investigação vale exclusivamente para os crimes supostamente praticados após a diplomação do parlamentar, em dezembro de 2022. Seriam, portanto, os crimes imputados diretamente relacionados à invasão dos prédios dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023. São eles: dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado. Para os magistrados, os demais crimes dos quais Ramagem é acusado – organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado – foram supostamente praticados na época em que ele era diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), portanto, antes dele ter sido diplomado deputado federal.

Além disso, o colegiado ainda decidiu que a suspensão não se aplica aos demais réus do Núcleo 1, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. O relatório do deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) no projeto

de resolução era amplo e considerava que, como a denúncia contra os então réus se trata de uma ação conjunta, o texto da Constituição pode abranger os demais corréus. O Supremo discorda e amparou-se na Súmula 245, decisão anterior, que julga nesse sentido.

Motta

Mesmo em agenda internacional (estava em evento do grupo de Líderes Empresariais – Lide – nos Estados Unidos), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) informou, por meio suas redes sociais na noite desta terça-feira (13), que a Casa encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) “para que prevaleça a votação pela suspensão da ação penal contra o deputado Delegado Ramagem”. No caso, o pedido reforça que o plenário da Suprema Corte avalie a decisão da Câmara em suspender a ação penal contra o parlamentar como um todo.

“Por meio de uma Arguição de Descumprimento de Precei-

to Fundamental, a ser julgada pelo plenário do STF, esperamos que os votos dos 315 deputados sejam respeitados. A harmonia entre Poderes só ocorre quando todos usam o mesmo diapasão e estão na mesma sintonia”, escreveu Hugo Motta em suas redes sociais.

Provas

Ainda sobre o núcleo 1 do plano de golpe de Estado, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes autorizou que a Polícia Federal (PF) libere o acesso das provas contras os réus denunciados por compor o núcleo duro da tentativa de golpe aos advogados de defesa dos acusados. Em uma decisão do ministro-relator do caso no Supremo, publicando na noite desta segunda-feira (12), Moraes informou que os arquivos serão disponibilizados por um link na nuvem para os representantes dos denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

“A Polícia Federal deverá manter sigilosos eventuais documentos, mídias, áudios e vídeos que contenham fatos íntimos e

ligados à vida privada de todos os denunciados. Nesse caso, o juízo deverá ser comunicado e as Defesas deverão realizar requerimentos específicos”, especificou Moraes em sua decisão.

O núcleo um da tentativa de golpe de Estado é composto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL); o ex-ministro da Casa Civil Walter Souza Braga Netto; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tenente-coronel Mauro Cid; o ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e hoje deputado federal Alexandre Ramagem; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos; o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno, e o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira.

Até o fechamento desta reportagem, a defesa do Almir Garnier Santos não disponibilizou um e-mail ou contato para a PF encaminhar as evidências contra os réus. A defesa do comandante tem até esta semana para disponibilizar um endereço eletrônico.

Fraudes no Gov.br são mais uma crise para o governo Lula

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Enquanto tenta conter a crise gerada pelo escândalo das fraudes contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) esbarrou, nesta terça-feira (13), em mais um impasse: a investigação da Polícia Federal sobre um golpe realizado por uma associação criminosa para obter acesso a informações de pessoas por meio de contas digitais vinculadas ao portal Gov.br.

Lançada em julho de 2019, esta é a plataforma oficial do governo federal, que tem por objetivo unificar o cadastro dos cidadãos brasileiros, para que, em apenas uma conta, seja possível acessar todos os serviços públicos digitais. Ao Correio da Manhã, o cientista político André Rosa avaliou que os novos fatos somam mais uma crise para ser administrada pelo governo, “principalmente envolvendo o que era considerada uma das ferramentas tecnológicas de proteção de dados mais eficientes nos últimos anos”.

Operação “Face Off”

No período da manhã, a PF deflagrou a operação “Face



Lula vê-se às voltas com novo problema para administrar

Off”, para desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes digitais em perfis vinculados à plataforma Gov.br. Segundo as apurações, o grupo utilizava técnicas sofisticadas de alteração facial para burlar sistemas de autenticação biométrica.

Em nota, a corporação informou que as investigações revelaram que os criminosos simulavam traços faciais de terceiros para obter acesso indevido às contas digitais das vítimas, assumindo o controle total dos perfis e, consequen-

temente, de serviços públicos e informações pessoais sensíveis.

As ações ocorreram em vários estados do Brasil, incluindo São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins, com a execução de cinco mandados de prisão temporária e 16 mandados de busca e apreensão, todos expedidos pela Justiça Federal de Brasília.

Os investigados podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático qualificada e associação criminosa.

“Difícil de contornar”

Para o cientista político, os acordos comerciais que Lula fechou com a China — que anunciou o investimento de R\$ 27 bilhões no Brasil — não serão suficientes para tirar essa imagem negativa do governo, principalmente somado ao caso do INSS.

André explicou, ainda, que ficou uma crise “um pouco difícil de contornar” e certamente os políticos do campo oposicionista farão um forte uso das recentes polêmicas a seu favor.

Ele mencionou a articulação liderada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) no centro-direita em torno de uma candidatura presidencial alternativa ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está impedido.

“Então, vejo que é uma crise prolongada. Já há a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS, que já tem assinaturas suficientes para ser instalada com um número considerável — que, inclusive, ultrapassou o limite necessário. Então, eu entendo que [as fraudes no Gov.br] podem ser aliadas junto com essa CPI e é um movimento político que tende a desgastar muito o presidente Lula a pouco mais de um ano das eleições”, explicou Rosa.